

A COMUNIDADE, O PATRIMÔNIO E O PROCESSO DE INVENTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO

SOUZA, Vanessa Silva¹
FEIBER, Silmara Dias²

RESUMO

O inventário é o instrumento mais completo para identificação e documentação de bens que compõem o patrimônio. Partindo do pressuposto de que o primeiro passo para a proteção de um bem cultural é o reconhecimento deste como patrimônio por parte da comunidade que o possui, o presente estudo visa elucidar aspectos conceituais e metodológicos do inventário e explicar, através de estudo de caso a importância da participação da comunidade no processo de inventário. Para tanto, apresenta-se neste corpo teórico o relato da experiência da participação da comunidade de Céu Azul/PR no processo de inventário dos bens arquitetônicos em madeira. Com esse relato, busca-se conscientizar os profissionais da arquitetura envolvidos na elaboração de inventários de bens arquitetônicos sobre a necessidade de se ler a comunidade e de interpretar as informações obtidas por meio da conversa com a população.

PALAVRAS-CHAVE: Inventário. Comunidade. Patrimônio.

THE COMUNITY, THE PATRIMONY AND THE INVENTORY PROCESS: A CASE STUDY

ABSTRACT

The inventory is the most complete tool for identification and documentation of property that comprise the patrimony. Assuming that the first step for the protection of a cultural property is its identification as a patrimony for the community that owns it, the present study aims to elucidate the conceptual and methodological aspects of the inventory and explain through a case study the importance of the community involvement in the inventory process. For this, it is presented in this body report an experience of *Céu Azul/PR* community participation in the process inventory of architectural wood property. With this report, it is sought the awareness of professionals involved in the elaboration of property architectural inventories about the need to understand the community and to interpret the information obtained through the conversation with the population.

KEYWORDS: Inventory. Community. Patrimony.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa investigar como funciona o processo de construção de um inventário de bens culturais. Para tanto, toma-se como exemplo o relato de uma experiência de elaboração de inventário de bens arquitetônicos aplicado a edificações em madeira de Céu Azul/PR, uma cidade que apresenta um rico acervo da arquitetura popular em madeira.

Ressalta-se que a arquitetura tem papel fundamental para a compreensão da história das cidades, pois materializa os modos de vida de uma comunidade e por vezes traduzem fatos históricos. Por isso, torna-se de fundamental importância inventariar e documentar obras que tenham relevância histórica para a comunidade. Tal trabalho servirá como um registro histórico de bens arquitetônicos e perpetuará a história do lugar.

O inventário trata de um registro amplo que inclui entrevistas com a população, reconhecimento de bens de valor cultural e arquitetônicos, levantamento métrico, fotográfico e iconográfico, entre outros. O foco deste corpo teórico é levantar a importância do papel da comunidade no reconhecimento de um bem arquitetônico como patrimônio no processo de inventário.

2. O INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS

Registrar, preservar e reunir informações e saberes de diferentes povos faz parte da história. Através de registros escritos, iconográficos, materializados, dentre outros, é possível que fatos, saberes e ideias sejam transmitidos entre gerações, propiciando dessa forma que haja uma compreensão do presente, através da análise dos fatos passados. Afinal é com referência na memória e no passado que se forma a identidade de um povo (COSTA, SCARPELINE, NAKAGAWA, 2010; FERREIRA, 2009).

Nesta perspectiva, salienta-se que a arquitetura tem papel primordial para a compreensão da história das cidades e das pessoas. As edificações são capazes de demonstrar modos de vida e a cultura de uma sociedade, funcionando dessa forma como a história materializada do local (FERREIRA, 2009).

No mundo atual as paisagens que por vezes traduzem os momentos decisivos do passado, estão em constantes mudanças. Essas mudanças fazem com que o passado seja lembrado através de edificações que sobrevivem ao progresso, ou ainda, apenas pela lembrança das antigas edificações (SAMPAIO, 2013). Estes fatores colocam a memória do passado em risco, já que ela é frágil e sujeita a perecer. Afinal se as lembranças dos fatos e momentos

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAG – Faculdade Assis Gurgacz. E-mail: vanessa.sdesouza@hotmail.com

² Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAG – Faculdade Assis Gurgacz.

históricos permanecem apenas na memória de algumas pessoas e, não documentadas, a consequente perda destes testemunhos vivos, acarreta também na perda de uma rica fonte de informação sobre a história do lugar.

Nesse sentido a construção do inventário de bens culturais é um trabalho que visa incentivar a conservação da história do lugar, através da preservação das referências culturais locais. Essas referências, ou bens culturais, para fins de inventário, são organizadas nas seguintes categorias: Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas; Bens Móveis; Bens Integrados; Patrimônio Arqueológico; Arquivos; Sítios Naturais e Patrimônio Imaterial (CHAVES e MOURA, 2006).

Na esfera da preservação do patrimônio, o inventário é etapa indispensável para o processo de registro de bens culturais, que posteriormente poderão ser tombados. E, conforme destaca o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais do Iphan, o inventário é nas palavras de Célia Maria Corsino:

por sua abrangência e significado, (...) o instrumento mais completo de que dispõem hoje, o Estado e a sociedade brasileira, para identificação e documentação dos bens culturais que constituem o seu patrimônio, abrindo, portanto, novas possibilidades para sua preservação. (CORSINO, 2000, p.19)

O termo inventário, segundo o dicionário da Língua portuguesa Aurélio, deriva do latim *inventarium* – que significa “encontrar”. Inventário é ainda, segundo o referido dicionário, (1) a relação de bens deixados por alguém que morreu, (2) o levantamento individuado de bens e valores, (3) a descrição e enumeração minuciosa de algo. Sendo que inventário cultural é, conforme o dicionário, o levantamento sistemático e o arrolamento de bens culturais de certa cultura, visando conhecê-los e preservá-los.

O inventário é considerado pelo Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional - Iphan - um bem cultural material móvel e é um instrumento jurídico que visa conhecer e proteger o patrimônio. De acordo com Miranda foi:

Com o advento da Constituição Federal de 1988 que o inventário foi finalmente alçado, em nosso país, a instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, ao lado do tombamento, da desapropriação, dos registros, da vigilância e de outras formas de acautelamento e preservação. (MIRANDA, 2008, p. 01)

Contudo, o inventário tem o objetivo maior de tornar conhecido e de identificar os bens culturais. Pois, o conhecer é o primeiro passo para a proteção dos bens. Desta maneira, um registro de bens culturais, tal qual o inventário, deve servir como base para a conscientização da comunidade local sobre o seu patrimônio e a necessidade de preservá-lo.

2.1 PLANO E METODOLOGIA DO INVENTÁRIO

Inventariar um bem é reconhecer o valor cultural que este tem para a comunidade. O inventário é um instrumento de preservação de amplo alcance e que envolve a comunidade em seu processo de elaboração, sendo na maioria das vezes utilizado para proteger bens simplórios, mas que funcionam como ícones identitários do lugar e que algumas vezes fornecem elementos históricos (FERREIRA, 2009).

A elaboração de um inventário deve, de acordo com Chaves e Moura (2006), ser pautada em conhecimentos básicos sobre a edificação, tais como, a história, o estilo arquitetônico, a tipologia, o sistema construtivo, levantamento arquitetônico, diagnóstico construtivo e, se for o caso, uma proposta de intervenção.

As abordagens metodológicas que guiam a elaboração de um inventário de Bens arquitetônicos são, conforme referências analisadas, basicamente:

- Levantamento e identificação preliminar dos bens de interesse cultural a serem inventariados;
- Levantamento de campo dos bens identificados e selecionados (levantamento fotográfico e de dados e informações in loco);
- Pesquisa histórica e arquitetônica (consulta a acervos municipais);
- Reprodução ou transcrição de documentos;
- Pesquisa oral/ entrevista;
- Preenchimento das fichas de inventário;
- Organização sistemática das fichas;
- Listagem final dos bens inventariados;
- Mapeamento dos bens inventariados (parte cartográfica).

A partir dessas informações e do levantamento oral, histórico, iconográfico e fotográfico, dos bens, é possível fazer uma análise tipológica das edificações. O estudo tipológico, de acordo com Zani (1989, p.47) é “utilizado como instrumento de análises dos elementos que constroem a história urbana, consiste na destilação dos caracteres essenciais de uma série de objetos históricos”.

A escolha dos bens a serem inventariados é pautada em entrevistas feitas com a população, dessa maneira, é possível entender e compreender quais as obras mais significativas para população do lugar onde se encontram os bens inventariados.

2.2 A COMUNIDADE, O PATRIMÔNIO E O PROCESSO DE INVENTÁRIO

O reconhecimento de um patrimônio por parte da sua população é o primeiro passo para a sua proteção. Assim, torna-se de fundamental importância envolver a população nos processos de inventário, pois este envolvimento fará com que se reforce a identidade coletiva dos cidadãos. A esse respeito, o Plano de Inventário de Ouro Preto/MG destaca que é preciso:

Envolver a população local nos levantamentos de campo, tratando-a como intérprete legítimo da cultura local e como parceira preferencial de sua preservação, a fim de apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores e de introduzir, no cotidiano das comunidades, as discussões acerca dos processos de descaracterização. Tal envolvimento da comunidade já se caracteriza por si só uma forma de conscientização e de educação. (Plano de Inventário de Ouro Preto/MG 2005, s.p)

A participação da população é primordial, pois de acordo com Fonseca (2005), as políticas de preservação, por vezes, são mais afetivas do que racionais. O patrimônio é nesse sentido, um símbolo, que desenvolve e valoriza a memória de um povo, fazendo com que aquilo que é considerado “velho” seja reconstituído e rejuvenescido através de narrativas culturais (MARQUES, 2009).

Assim, envolvendo a população no processo de elaboração de qualquer instrumento de conservação, fará com que a mesma, passe a exercer um predomínio social e coletivo sobre o patrimônio. Neste contexto Marques (2009, p. 107) destaca que “a definição do que é patrimônio em uma cidade, é um processo complexo de definição de prioridades onde se escolhem os bens de maior valor para serem protegidos”.

Perante o exposto, tem-se que, para que as escolhas dos bens a serem inventariados, sejam plausíveis e para que não haja uma discrepância entre o documento e a visão da população perante o patrimônio, é necessário buscar uma construção social em busca da identidade cultural do lugar. Esse processo ampara-se em questionários aplicados a população e em entrevistas com pessoas que testemunharam a história do lugar – ou do bem, e podem fornecer importantes relatos.

Através desse processo é possível verificar, se os moradores do lugar possuem alto grau de afetividade e consciência do que os bens representam para a cidade. Defronte a essas informações é necessário fortalecer e ampliar essa sensibilização para que os bens possam servir como relatos edificadores da história.

3. ESTUDO DE CASO: INVENTÁRIO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE CÉU AZUL/PR

O município de Céu Azul está localizado na região oeste do Paraná e foi oficialmente fundado em 08 de outubro de 1966, apresentando atualmente uma população de 11.052 habitantes distribuídos em um território de 1.179 km² (IBGE, 2013).

Apesar da fundação oficial só ter ocorrido em 1966, ainda em 1952, Alfredo Paschoal Ruaro, que trabalhou por um tempo na colonizadora Maripá e que neste momento integrava a direção da empresa Pinho e Terras, convidou alguns chefes de família provenientes do Rio Grande do Sul para colonizar a região ceuazulense (PMCA, 2013).

Os primeiros moradores de Céu Azul trouxeram consigo a tradição e o pleno conhecimento da técnica construtiva em madeira. Assim, em virtude da abundância do material, aliado ao domínio da técnica e a necessidade de se abrigar, surgiram no município ainda na década de 50, os primeiros exemplares dessa incomparável arquitetura.

Os desbravadores, que também eram carpinteiros artesãos, não construíam unicamente com o intuito de se abrigar, mas buscavam também, refletir nessas obras as suas origens e influências. Como a maioria dos colonizadores veio do Rio Grande do Sul e eram descendentes de imigrantes europeus, as construções assumiram variadas tipologias influenciadas por italianos, alemães, poloneses, entre outros, e com o passar dos anos, as construções em madeira do município assumiram variadas características, resultantes da miscigenação das diversas tipologias arquitetônicas.

A cultura arquitetônica em madeira pode ser considerada o maior legado deixado pelos pioneiros ceuazulenses à população da cidade que, se sente próxima às edificações em madeira daquele lugar. De fato, a cidade possui dois patrimônios, o Parque Nacional do Iguaçu³ e as edificações em madeira e, ambos funcionam como um alicerce para a formação da identidade do município é a chamada vivência identitária, mata, madeira, papel – natureza, cultura, memória, ressaltada por Wolf Dietrich Sahr *apud* Feiber (2008), que faz com que a sociedade ceuazulense se sinta representada através desses bens patrimoniais.

³ Dos 1.183.000 m² do território do município, 852.000 m² são parte da reserva nacional Parque Nacional do Iguaçu. (PMCA, 2013)

As edificações em madeira do município, nunca foram consideradas “velhas”, pois sempre assumiram papel de destaque na sociedade ceuazulense, tanto que, hoje 50 anos após o desbravamento do município, a presença das edificações em madeira ainda é gritante. Permeiam a malha urbana ceuazulense, não só edificações que resistiram ao progresso dos materiais construtivos, mas também, edificações recentes que se apropriaram da técnica construtiva em madeira para se erguerem.

Diante do exposto, torna-se fundamental que a arquitetura em madeira de Céu Azul/PR seja preservada, pois a identidade do município só é mantida se for ancorada em objetos que reforcem a cultura municipal. Caso a memória dessas casas não seja guardada, a comunidade não terá preservado as crenças, os hábitos e modos de ser e fazer, que constituem a identidade local.

Perante a necessidade de preservação da memória das casas em madeira através de inventário, tornaram-se necessárias peregrinações ao município visando o conhecimento dos bens arquitetônicos e verificando a visão da população perante os bens.

Buscando uma construção social em busca da identidade cultural do município, as entrevistas orais forneceram importantes relatos sobre o que é motivo de orgulho para a população ceuazulense. E diante disso, é possível afirmar que um dos, se não o maior orgulho da população ceuazulense é o fato da cidade carregar o título de “capital do oxigênio”. Alguns entrevistados citaram, não equivocadamente, o Parque Nacional do Iguaçu como o principal patrimônio da cidade, afinal é esse que concede ao município o título que é motivo de tanto orgulho.

Muitos dos moradores de Céu Azul destacaram que a forte presença das culturas alemã e italiana é um valioso patrimônio, pois através dessas é possível preservar as tradições e manter os laços com a cultura dos antepassados.

A tradição na cidade é preservada em diversas esferas, o que faz acreditar que o município já tem cunho preservacionista, facilitando o entendimento da população quanto à necessidade de se preservar a arquitetura em madeira. A tradição de construir em madeira foi validada pela transmissão cultural entre gerações, tal qual acontece com celebrações tradicionais do município e com hábitos que indicam respeito, como por exemplo, a tradição de pedir “benção” aos pais, avós e tios.

A pesquisa em campo realizada no município objetivava identificar qual o nível de conhecimento dos moradores sobre o que é patrimônio, sobre o histórico da comunidade e verificar em que referências esse conhecimento se sustenta. Os entrevistados mostraram diversas referências com interpretações distintas sobre elas, foi necessário então interpretar as diferentes visões e identificar por meio dessa interpretação o conhecimento que a população possui sobre a arquitetura em madeira e sobre patrimônio.

Destaca-se que um desafio a ser vencido é que para alguns moradores os bens patrimoniais são vistos como empecilhos para o progresso da cidade. Isso acontece porque os moradores locais, embora sintam afetividade pelas “casas de madeira” não possuem condições para distinguir a importância patrimonial destes bens. Isso acontece porque essas edificações estão incorporadas ao cotidiano dos ceuazulenses. E para que as edificações possam ser vistas como um patrimônio é necessário afastamento e estudo do bem para que haja uma sensibilização sobre a sua importância.

Verifica-se que os moradores possuem alto grau de afetividade e consciência do que as obras representam para a cidade, já que todos os entrevistados forneceram relatos históricos sobre as edificações em madeira. No entanto, é necessário fortalecer e ampliar essa sensibilização para que as edificações possam servir como relatos edificadas da história. O intuito é que esse processo seja pautado na educação patrimonial e na explanação do inventário para o poder público e para a população, visando o conhecimento dos bens patrimoniais.

Entende-se, portanto, que um processo de inventário é primordialmente pautado no conhecimento da comunidade perante os bens patrimoniais da cidade. É necessário que os técnicos responsáveis pela elaboração do inventário de bens leiam a cidade e interpretem as informações ocultas nas conversas com a comunidade, pois, só assim é possível elaborar um inventário que traduza a visão da população e que seja condizente com os anseios da mesma perante o patrimônio local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado dessa pesquisa, tem-se que a complexidade do processo de construção do inventário de bens arquitetônicos é dissolvida quando se envolve a comunidade local neste processo.

Quando a população envolve-se no processo se torna mais fácil interpretar a cidade e consequentemente conservar as raízes culturais do lugar, sem que haja uma discrepância entre a visão dos técnicos responsáveis pelo inventário e a visão da população.

Por fim, espera-se que este trabalho possa guiar profissionais no processo de inventário e direcione os olhos da sociedade sobre a necessidade da preservação desse patrimônio que imprime uma característica arquitetônica local e que funciona como um documento histórico.

REFERÊNCIAS

CHAVES, C. M.; MOURA, M. B. **Metodologias de inventário para restauro de edificações de valor patrimonial**. X Encontro de iniciação a docência. UFPB- universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2006.

COSTA, L. S. F.; SCARPELINE, R.; NAKAGAWA, E. Y. **Uma proposta teórico-metodológica de inventário patrimonial no contexto das fazendas históricas paulistas**. Anais do 2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial – Lugares de Memória. USP- Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010.

FAG; **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. 2006, Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel. Disponível em: <<http://fag.edu.br>>. Acesso em: 13.02.2013.

FEIBER, S. D. **O lugar: vivências e significados**. Cascavel: Assoeste, 2008.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, C. C. **Identificação patrimonial e instrumentos de inventário aplicados às edificações históricas de Espírito Santo do Pinhal – SP**. Anais do I Seminário da Rede Conservação_BR: A Conservação do Patrimônio no Brasil: teoria e prática. Olinda - Seminário da Rede Conservação BR: 2009.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional. Departamento de Identificação e documentação. **Inventário nacional de referências culturais: Manual de Aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE – Cidades – Paraná – Céu Azul**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410530>. Acesso em: 26.03.2013.

MARQUES, D. A. D. **Estrada real: patrimônio cultural de Minas Gerais – um estudo de diamantina e serro**. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Turismo da UNB - Universidade de Brasília. UNB: Brasília, 2009.

PMCA – Prefeitura Municipal de Céu Azul/ Paraná. **Histórico do município**. Disponível em: <http://www.ceuazul.pr.gov.br/portall/municipio/historia.asp?IdMun=100141075>. Acesso em: 26.04.2013.
Portal do Patrimônio de Ouro Preto/MG. **Plano de Inventário de Ouro Preto/MG**. Disponível em: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/patrimonio/index/secao.php?id=4>. Acesso em: 20.03.2013.

SAMPAIO, S. **Reflexões sobre a Preservação do Patrimônio Cultural**. Disponível em < http://www.funceb.org.br/rc3_reflexoes_suzana.pdf> Acesso em: 20.03.2013.